

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## REINVENÇÃO DO COTIDIANO: A LUTA POR DIREITO À CIDADE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NA FAVELA METRÔ-MANGUEIRA

RODRIGUES, Livia (autoria)<sup>1</sup>;  
Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense  
[Liviageouff@gmail.com](mailto:Liviageouff@gmail.com)

“O valor das cidades se mede pelo número de lugares que elas reservam para a improvisação” (Kracauer, 1995: 77).

### **Introdução**

Esse artigo é resultado do trabalho de pesquisa da dissertação de mestrado, defendida em 2021, com o título: “Favela Metrô-Mangueira: remoções, permanências, lutas e ressignificações no espaço”, vinculada institucionalmente ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. O presente trabalho visa através de pesquisa com os moradores e observação participante na favela Metrô-Mangueira descrever, sistematizar e detalhar as reinvenções, permanências e ressignificações que se fazem presentes no espaço da favelinha durante a pandemia de COVID-19, nos anos de 2020 e 2021. A favela sofre desde 2010 com sucessivas ações remocionistas, principalmente por conta lógica urbana difundida no contexto dos Megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. No senso comum, cada vez mais desconexo da realidade, as favelas são vistas como espaços de criminalidade, cuja intervenção policial e urbanística é urgente.

O objetivo central do trabalho é analisar os relatos dos moradores que resistiram as sucessivas estratégias de remoção e inferir sobre as diferentes práticas cotidianas de apropriação do espaço, luta pela moradia e reinvenção do cotidiano durante a pandemia de Covid 19. Desta forma, destaca-se a importância da busca pela moradia como direito e instrumento de luta urbana, sobretudo no que tange a concepção de revolução urbana (LEFEBVRE, 2019). Essa ideia incidiria, então, na (re)produção de um novo espaço urbano, o qual faria da cidade, ou,

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

melhor, do urbano, um ambiente mais habitável; um espaço em que aconteça o encontro e o lúdico, a festa e a diferença, cuja apropriação do espaço e do tempo sejam prioritárias. Protagonizando, assim, formas particulares de permanência e reinvenção no espaço urbano, em busca do direito à cidade. Desta forma, a moradia é percebida como um espaço fundamental para reprodução da vida, contudo, quando vista somente como mercadoria, transforma-se apenas em habitat, se reduz ao mínimo, ao lugar de dormir, tomar banho, comer.

O eixo metodológico deste trabalho busca contemplar a dinâmica de reciprocidade entre sujeito e objeto, nos exemplos da pesquisa participante e qualitativa. O método de observação participante constituiu um instrumento relevante para o desvendamento do cotidiano multidimensional da favela Metrô-mangueira, numa perspectiva empírica integrativa, em que a observação de campo foi priorizada. Na vida cotidiana, as percepções não se somam, estamos imersos na experiência sensível do mundo (Le Breton, 2006: 2017). Neste caso, é fundamental a imersão nas relações sociais da favela, com permanência suficiente para acompanhar uma fração da trajetória de vida dos indivíduos. A metodologia de análise visa, portanto, alcançar efetivamente as estratégias pelo habitar, ou seja, apropriação do espaço. Desta forma, contribuindo para descrição detalhada, uma aproximação do espaço concreto (LEFEBVRE, 1968), espaço das necessidades, comportamentos, desejos, afago e uso.

## **Desenvolvimento**

Recentemente, tem sido frequente a reflexão sobre a qual custo, seja ele material, financeiro ou simbólico, os Megaeventos esportivos têm sido realizados nas grandes cidades capitalistas globais. Rolnik (2015) expõe que a implantação de grandes projetos urbanísticos está associada à implementação de enclaves nas cidades, administrados pelas regras financeiras internacionais. Estamos, portanto, diante de um processo radical de transformação da cidade em empresa, cujo discurso de inovação é imprescindível para redirecionar investimentos privados ao projeto desenvolvimentista urbano, marcado por forças degradadoras dos sujeitos sociais. Entidades de nível federal, estadual e municipal têm investido em um plano urbano elitista tanto a nível estético como em relação às prioridades funcionais. O combate contra a “cidade marginal” e suas formas de sociabilidade ganha espaço, através de uma nova concepção

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

urbana, desta forma, a preparação da cidade recolocou as remoções de favelas na gramática política local.

Os Megaeventos potencializaram o papel das cidades no processo de globalização neoliberal. Estas, cada vez mais, tem perdido suas particularidades para priorizar uma forma padronizada de desenvolvimento no qual os pobres não participam democraticamente. O espetáculo das ruas é uniformizado: as mesmas lojas em toda parte, mesmas marcas e vitrines, praticamente os mesmos vendedores, os mesmos restaurantes, os mesmos becos, bulevares, mesmos cheiros, o mesmo esmagamento do espaço pela pressa pelo deslocamento e imposição imperativa da circulação de carros. Nos bairros planejados cuja natureza foi devastada, há ruas com nomes de pássaros, como a rua canário no centro de São Paulo, mas não se ouve mais seu cantar. As cidades globais gradativamente distanciam-se deste simbolismo dos lugares em benefício da produção homogeneizante. Esse contraditório modelo de cidade tenta superar os conflitos no urbano, já que ao incidir sobre um espaço disposto sob a égide da transitoriedade e do estigma, como das favelas, busca-se consolidar a construção de narrativas e práticas que contribuem para desconstruir a cultura de direito, acarretando duras perdas materiais e simbólicas para esses sujeitos. A geografia do belo (BARBOSA, 2012) aparece na cultura hegemônica e institui clivagens modeladoras do modo de vida. A mídia concentra em uma parte da cidade a representação exibicionista do todo, fazendo surgir internacionalmente uma fascinante paisagem cultural carioca, que descarta as periferias e favelas, justificando, assim a necessidade de sua pacificação/remoção. Os moradores e sua forma de organização espacial acabam se tornando os alvos mais comuns da geografia do espetáculo, dos pacificadores, revitalizadores, que contribuem para um legado traumático que fica registrado na memória oral dos favelados.

As favelas sempre foram vistas como sinônimo de ausência de civilidade, cujas principais características são as deficiências de serviços, irregularidade fundiária e territorialização do tráfico de drogas. A estética de suas habitações reduziu as favelas a condição de espaços precários e desordenados, produzindo a partir disso discursos estigmatizadores e preconceituosos. Quando superamos os estigmas que marcam o contexto das moradias (re)criadas pelos favelados, identificamos as possíveis reinvenções dos usos do espaço como uma forma de valorização de experiências e luta pelo direito à cidade. As favelas aparecem

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

como espaço de pausa frente a padronização, no qual é possível encontrar marcas da vida espacial cotidiana, apropriada pelo corpo inventivo, repleto de afetividades em ação e reinvenções de estratégias de produção urbana. Para Le Breton (2011), o corpo é o eixo de relação com o mundo, um analista de grande porte para a compreensão do presente. Assim, as ações da vida cotidiana e os usos do corpo envolvem sistemas simbólicos, representações e imaginários construídos por atores sociais em dados contextos e tempos.

O direito de habitar a cidade não pode ser reduzido ao acesso à conjuntos habitacionais produzido em série pela racionalidade estatal e privada. A habitação, além do local de residência, é a reafirmação da experiência de transitar em busca de recursos sociais, construção de laços afetivos para dar sentido coletivo ao uso do espaço. Em suma, essas práticas empregadas por grupos populares no exercício de viver à cidade dão o verdadeiro sentido ao cotidiano. Para Barbosa (2012), ganha sentido a concepção de morada, de local onde as pessoas constroem suas relações de pertencimento tangíveis e intangíveis para situar horizontes sociais do território em uso, seja ele material, afetivo ou corporal. Assim, o que a inúmeras reformas urbanísticas aplastavam, a memória revivia. A produção social da favela, cujas práticas plurais de iniciativas criativas e coletivas de reinvenção fissuram a ordem hegemônica por meio de táticas e astúcias (CERTEAU, 1998) transforma as subjetividades de sujeitos situados em relações desiguais de poder e fortalece a criação de novas identidades em constante luta pelo Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1991). Essa luta pela garantia da morada, que reúne uma série de recursos sociais, como proximidade da escola, afetivos, como relação de parentesco e simbólico, como o campinho de futebol, atribuiu significado às suas existências e da forte luta por apropriação da cidade. Desta forma, é fundamental considerar as ricas experiências de habitação em curso na cidade, elevando-as à condição de direito, pois este movimento de proximidades, afetividades e conflitos que fazem o espaço adotar uma geografia de ressignificações na luta constata por uma cidade mais democrática.

No livro “Elogio aos Errantes”, há uma importante reflexão acerca da perspectiva da experiência errática na cidade: “as errâncias são um tipo de experiência não planejada, desviatória dos espaços urbanos, são usos conflituosos e dissensuais que contrariam ou profanam [...] os usos que foram planejados” (JACQUES, 2014, p. 31). As experiências erráticas da cidade são pensadas como possibilidades de experiência da alteridade urbana,

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

fundamental para produção de subjetividades, sonhos e de desejos. Para a autora, há um complexo fortalecimento do processo de espetacularização das cidades e enfraquecimento das experiências urbanas no cotidiano. Os espaços públicos são dominados, pacificados, militarizados, apagando a experiência da diferença. A autora aponta a necessidade de pensar em um outro urbano, no qual haja resistência à anestesia pacificadora, que inventa, reinventa seu cotidiano, e que ocupa e se apropria do espaço geográfico. Nesse sentido, surge para ela a figura dos “errantes”, aqueles que realizam errâncias urbanas, ou seja, resistências ou insurgências contra a ideia de empobrecimento que nasce a partir da modernidade. Há, portanto, o confronto ao urbanismo e a planificação da cidade, pois são “essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano” (JACQUES, 2008). O estudo de algumas narrativas errantes dos favelados da Metrô-Mangureira nos leva a pequenas resistências e insurgências da experiência urbana, muitas vezes invisíveis.

A favela Metrô-mangureira foi impactada diretamente pela realização dos Megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. A favela abrange um espaço de aproximadamente 22.000 m<sup>2</sup> e está localizada na Avenida Radial Oeste, próxima ao estádio Maracanã. As primeiras habitações foram construídas por trabalhadores que atuaram na construção da estação do Metrô do Maracanã, episódio que deu nome à favela e assinalou o início da ocupação daquele local por volta dos anos 1980. A região é referência pela variedade de serviços automotivos oferecidos por oficinas localizadas ao redor da linha férrea e por contar com a presença de muitos lava-jatos na avenida principal.

Seu impactante processo de remoção iniciou-se em 2010, logo após a anúncio dos Jogos, e dura até os dias de hoje. Os argumentos utilizados pela prefeitura visavam fundamentar a necessidade da remoção da Metrô-Mangureira, com o objetivo de assegurar a projeção de uma imagem internacional modernista e espetacularosa do Rio de Janeiro. A erradicação das moradas populares em áreas valorizadas e cobiçadas pelo mercado imobiliário concebe, para os removidos, a dissolução de relações fundamentais de proteção social, como os laços com familiares e vizinhos, a redução de possibilidades de acesso ao trabalho e o distanciamento, ainda maior, da utilização de serviços urbanos fundamentais.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O metrozinho, como chamado por muitos moradores, assim como tantas favelas, carrega ainda um estigma (GOFFMAN, 1988; BRUM, 2012), uma característica depreciativa, uma ameaça social, um mal que deve ser evitado, uma identidade deteriorada por uma ação social. A sociedade estabelece estereótipos e institui como devem ser as ações dos indivíduos, determinando um padrão, construída por intérpretes, os quais destaco: grande mídia, a elite e sobretudo comerciantes locais, como antítese de um certo ideal de cidade cosmopolita. Nesse sentido, as constantes ameaças de remoções e com isso a instabilidade habitacional, impedem que os moradores invistam na melhoria de suas próprias casas ou tenham a seguridade de sair durante o dia com a garantia de não retornar com sua moradia ao chão. Assim, entre a maioria dos moradores que viveram a ação remocionista, podemos perceber que esta é descrita de maneira impositiva, antidemocrática e brutal.

No decorrer dos anos de 2020 e 2021 (janeiro, fevereiro e março), durante a pandemia de COVID-19, mesmo com inúmeras dificuldades e limitações para aproximação dos sujeitos interlocutores fundamentais para pesquisa, busquei analisar, por meio do método de observação participante, as experiências urbanas realizadas por alguns “errantes”. Estes sujeitos, mesmo nas condições de maior exposição a violência, lutaram pela reconstrução do espaço, através de resistências pelas brechas e desvios, compartilhadas no cotidiano pelas narrativas urbanas. O estudo destas narrativas errantes nos leva a pequenas resistências e insurgências da experiência urbana, muitas vezes invisíveis, escondidas, e, em particular, à experiência de alteridade na cidade. (JACQUES, 2014)

As diferentes relações sociais que se estabeleceram no metrozinho desde o início das remoções, marcadas por uma multiplicidade de arranjos, concessões e negociações, fortaleceram a busca constante por acesso a direitos. Apesar de um controle social bastante rigoroso, as remoções esbarraram em fortes reações por parte dos favelados, principalmente de mulheres, no âmbito jurídico, como na luta por permanência, regularização fundiária, e indenizações que compreendesse também a área da laje. Devido ao pouco espaço dedicado ao lazer em regiões mais pobres, não é estranho que os moradores usem, como parte do cotidiano, a laje como uma área de diversão, para celebrar suas confraternizações, churrascos, festas etc., ou seja, desenvolverem suas relações afetivas. A laje também pode ser aproveitada como uma forma de aumentar o orçamento doméstico, seja pela venda, seja pelo aluguel. Assim, o dinheiro

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

obtido por meio da negociação pode ser empregado na realização de melhorias na residência do próprio vendedor. Desta forma, durante o curso das remoções diversos moradores que tiveram suas moradias demolidas ou sua estrutura abalada, perderam também uma forma de manifestação de lazer e afetos. Depois de terem muitas de suas casas e lajes destruídas, como pensar numa nova apropriação do espaço marcado por tanta violência? A partir daí, exponho uma frase de Dona Maria, uma das moradoras mais antigas da região e referência na luta por permanência: *“E agora o que a gente faz? A gente dá bom dia, levanta e age. Como sempre foi. Nunca nos deram nada, minha filha. Só tiraram! Começando pela dignidade. A gente vai pega os tijolos e constrói tudo de novo. Com amor, suor, com valor, em comunidade. No fim a gente mostra pro Paes como que se come uma feijoada no copo, na laje. Aí ele manda outro trator.”*

Nessa perspectiva, a fala da moradora expressa como esses sujeitos afetados pelo percurso estigmatizante da remoção procuram, de forma constante, a reinvenção de suas existências em seus espaços de morada. As histórias de vida, a ação coletiva e as narrativas dos que permaneceram na favela, apontam para compreensão das estratégias de reconstrução de suas trajetórias e fortalecimento do espaço concreto. Esses moradores, em suas tessituras de relações, em suas presenças corporificadas em suas narrativas, constroem espaços de resistência e reinvenção social, produzindo possibilidades sensíveis de sua transformação socioespacial. O espaço concreto se insere no domínio da dialética, do habitar; dos gestos e percursos, do corpo e da memória, dos símbolos e sentidos e das contradições e conflitos entre necessidade e desejo; “poiesis inconsciente” (LEFEBVRE, 1968).

Os moradores da favela confrontam diariamente a violência inerente ao racionalismo nas formas de controle do uso do espaço, comum entre as estratégias de mercado. Há, portanto diferentes tentativas, físicas e simbólicas, de destruição por parte da prefeitura, dos laços entre os moradores e seu espaço de vivência. A relação entre o morador e a favela é permeada por modos de apropriação e usos que envolvem uma multiplicidade de possibilidades físicas e simbólicas. Assim, em oposição a essa tentativa de imposição de um espaço abstrato (LEFEBVRE, 1973) as crianças inventaram novas formas de celebrar a vida no espaço da favela destruído, como: definir marcações referente aos limites de um campo de futebol, na qual

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

utilizaram fios de telefone; transformar caixas d'água velhas em piscinas e utilizar os restos de vidros quebrados nas remoções para fazer cerol para pipa. Essas práticas permitem a reconstrução no cotidiano de novas formas de produção do espaço urbano, dando a ele (re)significações. O uso – como criação e sentido da vida – confronta-se com o valor de troca, protagonizando a realização do humano, além do capital. Essa é, por exemplo, a situação que Lefebvre vai assinalar como fundamental para luta pelo Direito à Cidade (1968).

Na perspectiva de Michel de Certeau (1998), “o homem ordinário” reinventa o cotidiano, com práticas que permitam afirmar-se e impor sua identidade, escapando silenciosamente a essa conformação. O autor acreditava que estas práticas poderiam suprimir as lógicas funcionais limitadoras, reinventando os modos de fazer, com astúcias sutis e criativas, táticas de resistência e de sobrevivência que alteram os objetos e os códigos, e estabelece, assim uma (re)apropriação do espaço urbano e do uso de forma dissensual. É dentro desse contexto de resistências inventivas e inovadoras, possibilitadoras de outras existências constituintes que os moradores da Metrô-mangueira reconstroem suas narrativas e estratégias para (re)produção do espaço urbano. A (re)apropriação é um impulso com o qual indivíduos e coletividades se tornam sujeitos de suas condições de existência, refere-se, portanto, à prática por meio da qual os agentes rompem com configurações alienantes hegemônicas de (re)produção da vida cotidiana e do espaço concreto. Reintegram aquilo que lhes é mais íntimo e fora expropriado, sua moradia, seu tempo, seu espaço e seus desejos.

A pandemia da Covid-19 expos as profundas desigualdades sociais em nosso país, aumentando a vulnerabilidade das populações das favelas e periferias brasileiras, evidenciando a deficiência assistencial do Estado nos espaços populares. A fala da moradora Débora merece destaque: “*Na pandemia, muitos garotos novos aqui da favela entraram pro tráfico. Não estou passando pano não. Mas só quem sente a barriga roncar entende. Não tem emprego. Os políticos não ligam pra gente. Os moleques querem por comida em casa e ter um celular. Acho que isso não é nada absurdo*”. Ou seja, a abstenção de políticas públicas efetivas para região contribui para uma forma de reinvenção para obtenção de renda classificada como ilegal, o que põe esses meninos em situação de maior vulnerabilidade.

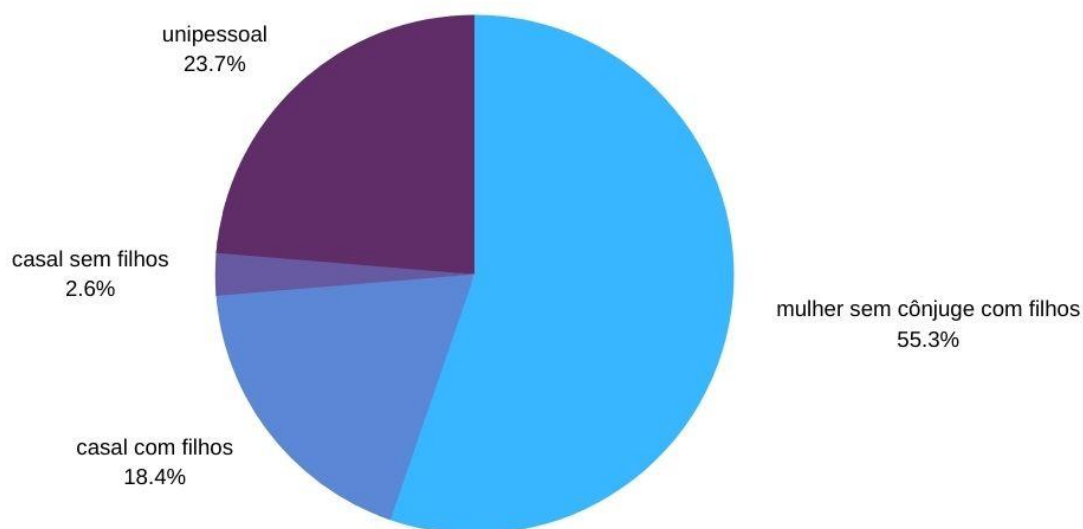
## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em março de 2021, conheci um homem que estava em processo de ressocialização, mas ainda utilizava uma tornozeleira eletrônica. Diante da excludente realidade vivida na maioria dos estabelecimentos prisionais brasileiros e do preconceito da sociedade, os objetivos de ressocialização do condenado, na maioria das vezes, não são alcançados. Assim, o tráfico acaba tornando-se uma atraente saída para obtenção de renda e possível recuperação de poder e respeito na região. Desta forma, o homem não descartava o retorno para atividade ilegal, alegando: *“Me ausentei por 12 anos da família, dona. Sabe o que é isso? Um pai não estar presente por 12 anos. Meu menor teve que virar o homem da casa. Largou a escola, vagou e emprego em emprego. Até que hoje ganha dinheiro vendendo droga, é certo? Sabemos que não é! Mas quem sou eu pra cobrar? Não estava aqui quando a barriga roncou tá ligada? Então se eu precisar fechar nessa com meu filho, eu vou.”*

Desta forma, as mulheres da favela Metrô-mangueira, em sua maioria mães solteiras, precisaram fortalecer uma ampla rede de proteção social e de cuidados. Mobilizam recursos diversos junto à sociedade civil, acionam o poder público e criam diversos planos para enfrentar este momento de crise na saúde pública, principalmente as chefiadas por mulheres em condições de pobreza e pobreza extrema, uma vez que as mães das favelas são as mais prejudicadas. Nesse período, de forma geral, as maiores preocupações das moradoras estão associadas à incerteza financeira, violência familiar, e à saúde mental (ampliação de crises de ansiedade, casos de depressão, fobia social, medo e instabilidade emocional). Houve, portanto, uma potencialização da desigualdade, especialmente, no que diz respeito às crianças. Estas eram cuidadas pelas creches, alimentadas pelo sistema de educação pública, e com o fechamento das escolas ficaram sem a referência do espaço físico no qual são educadas e sobretudo, cuidadas. Assim, estiveram mais na rua, enquanto a mãe está trabalhando, por exemplo. O gráfico a seguir expõe a distribuição percentual das famílias com pessoas de referência do sexo feminino no ano de 2020:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Distribuição percentual das famílias com pessoas de referência do sexo feminino -2020 (Metrô-mangueira)



Ao analisar o contexto das favelas cariocas na pandemia, é fundamental considerar a deficiência de medidas de políticas públicas para mitigar o impacto socioeconômico devastador na economia das favelas, na qual ampla parte dos moradores atua no setor informal ou em serviços domésticos. Além disso, não foram adotadas iniciativas para garantir acesso gratuito à internet, condição necessária tanto para o trabalho dos agentes comunitários de saúde quanto para a preservação dos moradores em condições de isolamento como estudantes ou trabalhadores em home office. Diante dessa situação, organizações e lideranças existentes nas favelas precisaram se mobilizaram para definir estratégias seguras para o enfrentamento da pandemia

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Durante esse período de restrições, tentei acompanhar a difícil tarefa de muitos favelados, sobretudo mulheres, chefes de família, que já estavam ou ficaram desempregadas. A mulher favelada sempre lidou com a possibilidade de morte diariamente, seja morte pela fome, seja pela violência, seja pela depressão de um uma mãe de família que não consegue trabalho e não consegue sustentar a sua família. A diversidade de empreendimentos econômicos na favela, surgidos durante a pandemia, demonstra como os moradores de espaços populares respondem as desiguais condições sociocracias. Ou seja, mesmo nas mais difíceis configurações de habitação e serviços básicos, da limitação de infraestrutura urbana e exposição a violência, a favela aparece como uma das mais significativas experiências de confronto a desigualdade e busca pelo direito à cidade. Foi justamente nesse território fragilizado durante a pandemia, devido a incompetência estatal, que conheci Gleiciane, mulher negra de 26 anos que virou referência na produção de penteados nagôs e dreadlocks na entrada principal da favela Metrô-mangueira. As tranças nagôs produzidas por ela ganhavam inúmeros desenhos geométricos, como desenhos de flores, estrelas e até o nome da pessoa. A menina afirmou que a busca aumentou na pandemia: *“O penteado dá um tom de arrumado sabe, ai as mulheres gostam porque podem ficar muitos dias assim. Eu não cobro caro também ne, faço numa cadeira aqui na rua. Em breve, até pretendo aumentar. É importante em um momento de tantas perdas né, a gente resgatar memórias das origens”*.

Uma outra alternativa em especial durante a pandemia foi o súbito crescimento na demanda por máscaras de pano. Assim, algumas moradoras do metrozinho, habilitadas em costura, começaram a produzir máscaras para suas comunidades e para além delas, o que se tornou uma forma de buscar relativa estabilidade financeira. Com isso, era comum encontrar mulheres no sinal vendendo máscaras produzidas em casa, junto a outros produtos como água, doces e panos.

Nesse sentido, é fundamental confrontar a concepção de que os favelados vivem subordinados e inertes as condicionantes estigmatizadoras construídas sobre o espaço da favela. Ou seja, é importante valorizar as narrativas de sofrimento, mas protagonizar principalmente as estratégias de reconstrução social da cidade como obra humana e compartilhada. Com insuficiente auxílio emergencial e constante ameaça de perda de moradia, essas mulheres precisaram reinventar suas práticas para geração de renda. Em julho de 2020, dialoguei com

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Íris, mãe, solteira, confeitadeira, residente do Metrô-mangueira. A menina expôs que desde que perdeu o emprego em uma loja de festas em Ipanema, montou uma equipe com suas irmãs e primas para montar pequenos kits de festa que eram, em primeiro momento, entregues com ajuda de outros moradores que tinham carro. A moradora relatou: *“No início foi bem difícil, eu não tinha clientes aqui, consegui pelo boca-a-boca e Instagram. Boletos não ficam doentes! Então, dei meu jeito. Consigo agora pagar alguém para fazer as entregas pra mim.”*

Nesse sentido, destaca-se a importância destas práticas para afirmação da luta por direito à cidade Lefebvre (1991), como um grito e uma exigência pelo direito de participar da vida no centro da ação, tendo importância inegável nos avanços para efetivação da democracia. As lutas dos favelados podem ser identificadas não somente em exigências por acesso a serviços ou direitos de cidadania, mas sobretudo pelo confronto as diversas formas de privação, fortalecendo momentos de insurgência, protesto e conflito. Afinal, é nas ruas, transformadas em poderosas arenas políticas, que as lutas usualmente acontecem. Portanto, são nesses momentos transitórios, que a cidade recupera seu caráter de obra. Lefebvre (1991) ainda destaca a força entre as lutas do poder homogeneizante, aos que diferem dessa lógica, apontando o direito a diferença, ao uso. A cidade como espaço vivido é ligado ao clandestino da vida social, possui símbolos e signos não-verbais. São conectados também à arte, definida não como um código ou uma representação do espaço, mas sim como um código dos espaços de representação. O vivido atua nas emoções, no sentir, no chorar, no ocupar, lutar, confrontar e ressignificar. A rua é lugar do encontro, da celebração, da festa, da luta.

## **Considerações Finais**

A prática de reprodução do urbano pelas favelas não é uma fruição estética na qual se aguardam consumidores para o espetáculo. É uma ação de atribuição aquele espaço de valor simbólico, uso. Desta forma, a valorização dos favelados, com a criação de canais de participação, construção e diálogo, bem como fortalecimento de espaços com condições para uma participação consciente, são mecanismos que necessitam ser repensados na luta pelo

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

direito à cidade. O favelado da Metrô-mangueira destaca-se, portanto, pelas políticas criativas de economia, principalmente como ato de superação das imensas lacunas geradas pela invisibilidade hegemônica dos saberes, práticas e vivências em favelas, lutando desta forma, por meio de diferentes estratégias, pelo Direito à cidade

## **Bibliografia**

BARBOSA, J.L. **Considerações sobre relação cultura, território e identidade.** *In: Interculturalidades.* GUELMANN, L.(org.). EDUFF: Niterói, 2006.

BARBOSA, J. L. **Paisagens da natureza, lugares da sociedade: a construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa.** *In: Revista Biblos 3W,* Barcelona: Universidade de Barcelona, Vol. XV, nº 865, 25 de março de 2010.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. S. **As favelas como territórios de reinvenção da cidade.** *In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,* Rio de Janeiro, n.1, fev.2013.

BARBOSA, J. L.; DIAS, C. G. . **Solos Culturais.** 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro, 2013. v. 1.

BRUM, MARIO. **Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional.** Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BRUM, M. **Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da ditadura aos grandes eventos.** *In: O Social em Questão.* Ano XVI, n 29, 2013.

BURGOS, M. (org.). **A utopia da comunidade. Rio das Pedras, uma favela carioca.** Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

CARLOS, A. F. A. **A privação do urbano e o “direito à cidade”.** *In: Justiça Espacial e Direito à Cidade,* São Paulo, Editora Contexto: 2017.

CARLOS, A. F. A. **Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”.** *Rev. Direito Práx.* vol.11 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2020. Epub Mar 20, 2020

CERTEAU, M. de. **A invenção do Cotidiano.** São Paulo: Ed. Vozes, 1998

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CORRÊA, Cláudia Franco. **Direito de laje: a invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas.** IN: *MELLO, Marco Antônio et al (orgs.). Favelas Cariocas: ontem e hoje.* Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GONDIM, L. M. P. **A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro.** In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.12/13, n.1/2, 1981/1982.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito.** Rio de Janeiro: Pallas – Ed. PUC-Rio, 2018.

JACQUES, Paola B.- **Elogio aos errantes.** Salvador: editora UFBA, 2014.

JACQUES, Paola B. Cenografias e corpografias urbanas: Espetáculo e experiência na cidade contemporânea. In: *Revista Observatório Itau Cultural*, n.5, (abr/jun. 2008). – São Paulo, SP: Itau Cultural, 2008.

KOWARICK, L. **Viver em risco – sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Editora 34, 2009.

KRACAUER. *Rues de Berlin et d'ailleurs*, Paris: Gallimard, 1995.

LE BRETON, David. *La saveur du monde. Une anthropologie des sens.* Paris : Métailié, 2006

LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade* Petrópolis: Vozes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne.* v. 3. Paris: *L'Arche Éditeur*, 1981.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, H. **Vida cotidiana no mundo moderno:** Ática, São Paulo, 1991(a)

LEFEBVRE, H. *The production of space.* Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. – 2.ed- Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “**A continuidade do ‘problema favela’.**” In: *OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Fazendo a cidade. Trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MASCARENHAS, G. **Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social.** *In: Pan-americano de 2007: grande negócio para quem? Rio de Janeiro.* PACS (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul). Série Globalização e Solidariedade, n. 4, p. 20-35, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares.** São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Favela: uma forma de luta pelo direito à cidade.** *In: MELLO, Marco Antônio et al (orgs.). Favelas Cariocas: ontem e hoje.* Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SILVA, J. S. **Um espaço em busca de seu lugar: para além dos estereótipos das favelas cariocas.** *In: Território/território.* Niterói: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2003.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; FAUSTINI, M. V. **O Novo Carioca.** Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

SOUZA e SILVA, J.; BARBOSA, J. L. **Favela: Alegria e dor na cidade.** Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é a favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas-BNDES, 2009.

SOUZA e SILVA, J.; BARBOSA, J. L.; SIMÃO M.P. **A favela reinventa a cidade.** Rio de Janeiro: Mórula, 2020

VAINER, C. B. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.** *In: Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR),* Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** *In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único.* Petrópolis: Vozes, 2002.

VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.